

**ATA**

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva e Vereadores - Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira e André Guimarães Coelho Lima. -----

O Presidente da Câmara deu conhecimento que o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro não irá participar na reunião por solidariedade com os trabalhadores que hoje se encontram em greve. -----

De seguida, saudou, em nome da Câmara Municipal de Guimarães, o Presidente da Assembleia de Londrina, Dr. Rony Alves, presente nesta reunião. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10:05 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereador Amadeu Portilha – a) – Informou que, a partir de hoje e até à próxima quinta-feira, a Variante de Creixomil vai ter o trânsito condicionado em resultado de trabalhos de repavimentação que a Estradas de Portugal vai realizar; **b)** – Entregou a todos os Vereadores um CD da banda “Let the Jam Roll”, que se associou à Festa Nacional da Ginástica, realizada no âmbito da Cidade Europeia do Desporto 2013. -----

2 – Vereadora Alexandra Gesta – Disse que, oportunamente,

será feita uma apresentação pública relativamente aos planos de gestão da Autarquia tendo em vista o futuro sustentável da cidade e da habitação, bem como a sua requalificação e revitalização. Congratulou-se pelo facto de o Executivo Camarário sempre ter sabido operacionalizar as ações de reabilitação, renovação e reconversão urbanística, lembrando a situação de impasse entre o Governo e algumas autarquias que aderiram às Sociedades de Reabilitação Urbana. -----

3 – Vereador José Manuel Antunes – Enalteceu e elogiou o F. C. “Os Piratas de Creixomil”, invocando o passado daquela coletividade ao serviço do desporto e, em particular, do Futsal, com a presença de vários escalões em competições a nível nacional e a conquista de títulos nacionais e distritais, lembrando a disputa da equipa de juvenis e juniores na Final Four da Taça Nacional, a realizar no próximo fim de semana na Régua e em Vila Real. Disse considerar que a melhor forma de a Câmara Municipal homenagear este clube seria através da promoção ou apoio à construção de um pavilhão gimnodesportivo próprio. -----

4 – Vereador André Coelho Lima – Disse considerar a condecoração de Guimarães com o título de membro Honorário da Ordem Militar de Sant’Iago da Espada, de que se teve conhecimento nas comemorações do 24 de Junho – Dia Um de Portugal, um exercício revelador de isenção e de imparcialidade do mais alto magistrado da nação, elogiando todos os executivos camarários que participaram nas decisões que levaram a este reconhecimento, bem como a população vimaranense, com a sua marca distintiva a nível nacional, característica especial deste povo e que a todos orgulha. -----

5 – Presidente da Câmara – a) - Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que o F. C. “Os Piratas de



Creixomil” têm tido o carinho e o apoio possível da parte da Câmara Municipal sem o qual não teria sido possível atingir todas as metas já alcançadas, recordando o prémio a atribuir a um dos jovens jogadores no âmbito da Gala do Desporto, a realizar brevemente. Disse, ainda, que a possibilidade de o F. C. “Os Piratas de Creixomil” treinar e jogar em pavilhão próprio dependerá das condições de futuro, nomeadamente de apoios comunitários. Acrescentou que, na altura própria, a Câmara Municipal perceberá a dimensão do que está a acontecer no F. C. “Os Piratas de Creixomil”, referindo outros casos de sucesso desportivo no concelho, apontando como exemplos o Grupo Desportivo e Recreativo “Os Amigos de Urgezes”, o Grupo Desportivo Recreativo e Cultural Os Sandinenses, o Centro de Atividades Recreativas Taipense e o Pevidém Sport Clube. Terminou, referindo que há um conjunto de fatores que faz de uma cidade média como Guimarães uma cidade de excelência ao nível do desporto, não sendo, por acaso, Cidade Europeia do Desporto 2013; **b)** – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que a atitude do Presidente da República foi imparcial tal como foi a da Câmara Municipal ao distingui-lo com a Medalha de Ouro da Cidade, por ocasião das comemorações do 24 de Junho – Dia Um de Portugal, no ano passado. Disse estar muito reconhecido por esta condecoração, que representa um agradecimento à cidade de Guimarães e às suas gentes. -----

6 - Vereador Amadeu Portilha – Ainda sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes, disse que o F. C. “Os Piratas de Creixomil” tem à sua disposição um dos melhores pavilhões desportivos de Guimarães, que foi recentemente objeto de obras de requalificação, estando, todos os dias, disponível para a prática desportiva daquele Clube. -----

-----**DELIBERAÇÃO**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

VOTO DE LOUVOR – MARIA JOSÉ VAZ DA COSTA – PRÉMIO DE EXCELÊNCIA CASA DAS CIÊNCIAS 2013 – Presente a

seguinte proposta: “A Professora de Matemática da Escola Secundária Francisco de Holanda, Maria José Vaz da Costa, foi distinguida com o Prémio de Excelência Casa das Ciências 2013, atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian, por um trabalho em Geometria Analítica na disciplina que leciona, em que utilizou elementos integrantes do edificado do Centro Histórico de Guimarães como argumento para exposição e prática dos seus alunos. Pelo mérito do trabalho que mereceu uma distinção nacional, pela inovação na proposta pedagógica utilizada, e pela divulgação de elementos que integram a mais profunda identidade vimaranense, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães aprove um vote de louvor, a ser transmitido à nossa concidadã distinguida. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara prestou as seguintes informações.-----

1 – De um projeto de despacho do Chefe do 1.º Serviço de Finanças de Guimarães de indeferimento de pedido apresentado para isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para um prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Oliveira do Castelo, por se encontrar situado no Centro Histórico de Guimarães, classificado como Património Cultural da Humanidade, alegando, para o efeito, a necessidade de classificação individualizada e considerando que não se verificam os pressupostos para a aplicação da isenção automática e permanente prevista na alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do EBF. -----



2 – Leu, em voz alta, um exercício do direito de resposta e retificação enviado ao diretor do Jornal de Notícias no passado dia 7 de junho, cujo teor a seguir se transcreve:

“Publicou o jornal que V. Exa. dirige, na sua edição de 7 de junho de 2013, na página 23, uma notícia intitulada “Obras de 11 Milhões Paradas”, que contém afirmações erróneas ou falsas que importa corrigir. Assim, ao abrigo do Direito de Resposta e de Retificação consagrado na Lei de Imprensa solicitámos de V. Exa. a publicação do seguinte esclarecimento: O Jornal de Notícias reincide em enganar deliberadamente os seus leitores, como se comprova pelo facto de a mesma notícia apresentar versões opostas sobre os mesmos factos:- Sobre a Extensão do Museu Alberto Sampaio lê-se, no corpo da notícia, que “o edifício está pronto” e, na caixa central, que “A obra está com um atraso de 14 meses, devia ter ficado pronta em abril de 2012”; - Sobre a Casa da Memória lê-se, no corpo da notícia, que “A funcionar está já a Casa da Memória” e, na caixa central, que “Devia estar pronta em junho de 2012”; - Sobre a Residência de artistas lê-se, no corpo da notícia, que “está por construir o espaço que serviria de albergue a artistas”, quando, na caixa central, se aponta já o investimento supostamente realizado de 1,81 M€.A bem da verdade, vamos aos factos:1) Ainda que incluíssemos nos custos de investimento a Residência de Artistas, obra que nem sequer se iniciou, o total investido nos cinco equipamentos objeto da notícia seria de cerca de 6,2 M€, longe dos 11 M€ do título;2) Em boa verdade, portanto, são quatro e não cinco as obras, e essas ascenderam a cerca de 5,2 M€, menos de metade do valor em título;3) A construção das 14 obras no âmbito da CEC2012, incluindo estas quatro, foi concluída dentro dos prazos legalmente estabelecidos (durante 2012) e sem qualquer derrapagem financeira; 4) A reabilitação do Teatro Jordão nunca foi

considerada uma obra no âmbito da CEC2012. Solicitando a devida retificação, em nome da verdade, não pode deixar de se lamentar mais uma situação equívoca decorrente de uma notícia do Jornal de Notícias, que podia ter sido evitada desde que tivesse havido o cuidado elementar de sobre a mesma ser esta Câmara Municipal previamente ouvida.” **De seguida, fez a leitura, igualmente em voz alta, da carta remetida pelo diretor do Jornal de Notícias sobre o direito de resposta e retificação, cujo teor a seguir se transcreve:** “Não irei rebater as interpretações que faz V. Ex.^a da notícia publicada pelo JN. No entanto, informo que entendi, nos termos legais, não publicar o texto remetido, uma vez que este contém expressões que, além de falsas, considero desproporcionadamente desprimorosas, em concreto as: “O jornal de Notícias reincide em enganar deliberadamente os seus leitores...” As razões da sua óbvia discordância com a notícia, não lhe permitem falar em nome dos nossos leitores, acusando-nos de os enganarmos. E, pior!, deliberadamente e de forma reincidente. Desconhecemos a que se refere, mas trata-se naturalmente de acusações sem fundamento e substância, e que em nada se relacionam com o caso em presença. Pelo que não iremos, pelo menos por ora, publicar este texto, convidando-o a extirpar do mesmo o referido parágrafo. Ouvi o Conselho de Redação sobre o que antecede.” **Nesta sequência, leu, em voz alta, a resposta à carta do diretor do Jornal de Notícias datada de 12 de junho último, cujo teor a seguir se transcreve:** “Por carta enviada em 12 do corrente, comunica-me V. Exa. a não publicação de um pedido de retificação enviado ao abrigo do “direito de resposta”, dado considerar desproporcionada a afirmação: “O Jornal de Notícias reincide em enganar deliberadamente os seus leitores”. Venho esclarecer que a referida afirmação é sustentada



por um conjunto de textos publicados que contêm recorrentes inverdades. Aceito o direito à opinião e à crítica da comunicação social independente, mas não é aceitável que a atualização das rendas num bairro social do IHRU seja noticiada com o título “toque artístico valeu aumento de 6000 por cento das rendas”, pretendendo atribuir a uma intervenção de requalificação um aumento de rendas sociais, quando ele resultou exclusivamente, em Guimarães e em todo o país, da nova lei das rendas aprovada por proposta do atual governo. Não é igualmente aceitável a reportagem publicada sobre a associação “Quadrilátero Urbano”, constituída pelos Municípios de Guimarães, Braga, Famalicão e Barcelos, com contributos de todos os outros três Municípios e omitindo qualquer declaração da Câmara Municipal de Guimarães, e trocando mesmo o nome do representante da CMG nessa associação pelo nome de um dirigente político de um partido local da oposição. Se tal não foi deliberado!!! Também não é desculpável, e não se insere na amplitude do direito de crítica e opinião, as notícias sobre o acórdão do Tribunal de Contas relativo à expropriação dos terrenos da Cidade Desportiva de Guimarães, titulando-a de “negócio milionário”, quando o valor a pagar resultava tão só da avaliação de um perito oficial, acórdão esse que mereceu o acordo da Câmara de Guimarães que dele deliberou não recorrer, dado que nunca defendemos pagar tão elevado valor, tendo sempre procurado negociar os referidos terrenos sem onerar o Município. Insistimos, a notícia que provocou o pedido de publicação do mais recente direito de resposta constitui uma total falsidade: “Empreitadas feitas para a CEC ainda por acabar”, quando, ao contrário do que sucedeu com quase todas as outras capitais europeias da cultura, as intervenções de requalificação urbana da CEC 2012 foram concluídas durante o ano do evento,

sem qualquer exceção. A notícia publicada nada tem a ver com empreitadas, mas sim com atrasos no funcionamento de um ou outro equipamento, cuja responsabilidade é totalmente do Governo, caso da Extensão do Museu de Alberto Sampaio, de cujas obras de requalificação a CMG é credora do Governo de 2 milhões de euros, ou depende de um organismo como a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, no caso do Centro de Ciência Viva. Já depois de exercido o direito de resposta em apreço, deparamos, na edição do passado sábado, com uma notícia, com chamada de 1ª página, com o título: Vimágua perdeu 1,8 milhões em "swaps", sem qualquer fundamento, como aliás é desmentido nessa mesma edição com declarações do Presidente do Conselho de Administração da Vimágua. Trata-se de uma acusação que até justificaria notícia, mas teria de ser antecédida pela indicação do seu autor, um Vereador da oposição local do PSD, e nunca apresentada sem aspas como título da autoria do jornal. Sem pretender ser exaustivo, ainda naquela mesma edição do passado sábado, é publicada uma notícia sobre um acórdão do Tribunal de Contas titulada "Tribunal chumba orçamento da Cidade Europeia do Desporto", quando na verdade o Acórdão em causa se refere a um protocolo de colaboração com a Cooperativa Tempo Livre tendo em vista o financiamento da sua atividade global, e não, como se conclui pela própria notícia, ao orçamento específico da Cidade Europeia do Desporto, que não é sequer objeto do referido protocolo. Quando estas cinco notícias citadas ocorrem em poucos meses com os graves erros objetivos que enumerámos, parece claro que temos todo o direito em escrever que o "JN reincide em enganar deliberadamente os seus leitores". Estou certo que V. Exa. compreenderá melhor o sentido de tal frase com os exemplos apontados, que sustentam a convicção com que a



escrevemos. Contudo, tendo em vista que o que verdadeiramente nos move é a reposição da verdade e o esclarecimento da opinião pública, extirpei do direito de resposta anexo a frase que motivou a decisão da sua não publicação, contando que, ultrapassado este obstáculo, o mesmo seja agora publicado, nos termos legais.” **Por último, deu conhecimento que o Jornal de Notícias publicou, na edição do passado dia 21 de junho, o novo texto do direito de resposta, que a seguir se transcreve, assim, tendo-se feito justiça ao património comum:** “Publicou o jornal que V. Exa. dirige, na sua edição de 7 de junho de 2013, na página 23, uma notícia intitulada “Obras de 11 Milhões Paradas”, que contém afirmações erróneas ou falsas que importa corrigir. Assim, ao abrigo do Direito de Resposta e de Retificação consagrado na Lei de Imprensa solicitámos de V. Exa. a publicação do seguinte esclarecimento: A notícia em causa apresenta versões opostas sobre os mesmos factos: - Sobre a Extensão do Museu Alberto Sampaio lê-se, no corpo da notícia, que “o edifício está pronto” e, na caixa central, que “A obra está com um atraso de 14 meses, devia ter ficado pronta em abril de 2012”; - Sobre a Casa da Memória lê-se, no corpo da notícia, que “A funcionar está já a Casa da Memória” e, na caixa central, que “Devia estar pronta em junho de 2012”; - Sobre a Residência de artistas lê-se, no corpo da notícia, que “está por construir o espaço que serviria de albergue a artistas”, quando, na caixa central, se aponta já o investimento supostamente realizado de 1,81 M€. A bem da verdade, vamos aos factos: 1) Ainda que incluíssemos nos custos de investimento a Residência de Artistas, obra que nem sequer se iniciou, o total investido nos cinco equipamentos objeto da notícia seria de cerca de 6,2 M€, longe dos 11 M€ do título; 2) Em boa verdade, portanto, são quatro e não cinco as obras, e essas ascenderam a

cerca de 5,2 M€, menos de metade do valor em título; 3) A construção das 14 obras no âmbito da CEC2012, incluindo estas quatro, foi concluída dentro dos prazos legalmente estabelecidos (durante 2012) e sem qualquer derrapagem financeira; 4) A reabilitação do Teatro Jordão nunca foi considerada uma obra no âmbito da CEC2012. Solicitando a devida retificação, em nome da verdade, não pode deixar de se lamentar mais uma situação equívoca decorrente de uma notícia do Jornal de Notícias, que podia ter sido evitada desde que tivesse havido o cuidado elementar de sobre a mesma ser esta Câmara Municipal previamente ouvida.” **Os recortes das notícias publicadas pelo Jornal de Notícias sobre as quais se exerceu o direito de resposta ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.-**

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 17 de junho de 2013, que adjudicou a “Cândido José Rodrigues, SA” a execução da empreitada "Reperfilamento da Rua da Maina e Parque de Estacionamento do Centro de Saúde de Urgezes", pelo valor de €509.508,08 + IVA, para um prazo de execução de 150 dias; **2.** Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 23 de maio de 2013, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada "Reabilitação da Ponte de Talhões sobre o Rio Ave nas Freguesias de Souto Santa Maria e Souto S. Salvador”, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **3.** Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de maio, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro



de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2013**

- Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se as Vereadoras Alexandra Gesta e Luísa Oliveira por não terem estado presentes na reunião. -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE ABAÇÃO -
PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO**

DE SUBSÍDIO - ANO DE 2012 – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012, deliberou conceder uma verba até ao montante de 1.000,00€, destinada à comparticipação na obra de construção de rampa de acesso e corrimão no edifício sede da Junta de Freguesia de Abação. A Junta de Freguesia de Abação informou não ter sido possível a execução daquela obra durante o ano 2012, solicitando a alteração do prazo de conclusão das obras. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração ao Protocolo de Atribuição de Subsídio relativo ao ano de 2012, celebrado em 21 de junho de 2012, alterando a 3ª cláusula passa a ter a seguinte redação: “Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013”. Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 1.000,00€ para o ano de 2013.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S.
CRISTÓVÃO - PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE**

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou conceder à Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão uma verba até ao montante de 15.615,55€, destinada à comparticipação na obra de execução de parque de estacionamento de apoio ao campo de futebol e construção de um lago. Em carta dirigida a esta Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão informou ser necessário adiar a execução do lago, solicitando autorização para a construção de um aqueduto junto à entrada do parque de estacionamento de apoio ao campo de futebol, no final da travessa da Várzea Cova, em substituição do lago. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração ao Protocolo de Atribuição de Subsídio relativo ao ano de 2013, celebrado em 4 de junho de 2013, passando a Cláusula 1ª a ter a seguinte redação: “O presente Protocolo tem por objeto a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão para comparticipação na obra de execução de um parque de estacionamento de apoio ao campo de futebol e construção de um aqueduto junto à entrada do parque de estacionamento”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÕES RELATIVAS AO MÊS DE MAIO DE 2013 PARA RATIFICAÇÃO -

Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de abril que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013. O mapa com as aquisições de serviços dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - TRANSPORTE

**ESPECIAL DE DEFICIENTES NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA CED 2013 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO** – Presente a

seguinte informação: "1. Objeto: TRANSPORTE ESPECIAL DE DEFICIENTES NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA CED 2013. 2. Proposta: Submete-se para ratificação ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, a autorização da Câmara Municipal para celebração do contrato com a Arriva Portugal – transportes, Lda., que dispõe de autocarros com as características para transporte de deficientes em cadeiras de rodas, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do nosso contrato é o transporte no âmbito da CED 2013 para a realização de 16 a 23 de junho na nossa cidade o Campeonato Europeu de Boccia, que reunirá centenas de atletas com mobilidade reduzida. Neste sentido, é necessário providenciar transportes especiais para estes atletas no horário compreendido das 7H00 às 20H00, devendo corresponder aos seguintes itens: Data – 16 a 23 de Junho. Horário – 7H00 às 20H00. Destino – circuitos a serem realizados em Guimarães, havendo três dias em que serão feitas várias viagens ao aeroporto do Porto. Capacidade mínima – 8 cadeiras de rodas em simultâneo. b) A despesa anual estima-se em 33.000 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica através da proposta nº 1954/2013. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto – critério material conforme alínea e) nº 1 do artigo 24.º do CCP na consulta realizada, somente a Arriva tem autocarros adaptados para o transporte de deficientes em cadeiras de rodas. Por motivos técnicos só esta empresa possuiu estes meios para este tipo de situações, isto é, meios de transporte para pessoas com mobilidade reduzida "cadeiras de rodas". e) Mais se

informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. Mais se informa que foi aplicada a redução remuneratória prevista nos art.º s 27.º e nº 1 do artigo 75.º da Lei nº 66-B de 2012 de 31 de dezembro, passando o preço base de 33.000 euros para 29.700 euros (aplicando a taxa de 10%).”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**PATRIMÓNIO - AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO -
ACESSIBILIDADES AO CENTRO ESCOLAR DE PONTE –**

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães e a Junta de Freguesia encetaram contactos com o proprietário do terreno situado na zona definida pelo projeto de execução do Novo Centro Escolar de Ponte, para criação de acessibilidade, no sentido de adquirir amigavelmente a parcela de terreno, já ocupada pela autarquia, necessária à prossecução daquele fim. O proprietário da referida parcela, Sr. Joaquim Carvalho da Silva, aceitou uma proposta para a venda amigável da sua parcela com 1.027 m², pelo valor de €35.945,00. O perito da lista oficial considerou, aquando do envio do seu relatório, que o valor admissível para aquela parcela de terreno poderia atingir o montante de € 6.664,00. De acordo com os elementos que nos foram fornecidos pelo interessado, a parcela necessária às acessibilidades do Novo Centro Escolar será a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 00.784/Ponte e do inscrito na respetiva matriz rústica sob o artigo 697º, à qual foi atribuído o artigo urbano P4339º, a confrontar do Norte com rua dos Moinhos, do sul com terreno do município e



outro, do nascente com Manuel Joaquim Silva Oliveira Veloso e do poente com terreno sobrando. Nestes termos, em caso de concordância superior, deverá ser superiormente decidido propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea f), n.º 1, do art. 64.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aquisição da parcela acima identificada, ao Sr. Joaquim Carvalho da Silva, pelo preço total de € 35.945,00, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Código das Expropriações.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA - ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE LORDELO – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Lordelo, aprovou o seguinte aditamento à toponímia existente: 146 **Travessa da Costa** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Lordelo.” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA - ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE SANDE S. LOURENÇO – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Sande (S. Lourenço), aprovou o seguinte aditamento à toponímia existente: 40 – **Rua do Carvalho** – Tem início na Travessa do Rio e termina no entroncamento com a rua da Igreja. Assim, nos

termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Sande (S. Lourenço).” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE RONFE - Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Ronfe, aprovou o prolongamento da rua Dr. Bernardino Machado, até ao entroncamento com a travessa do Souto. A mesma Assembleia de Freguesia, aprovou também os seguintes aditamentos à toponímia existente: 128 **Travessa Dª Maria Joaquina** – Arruamento sem saída, com início na rua de S. Tiago. 129 **Rua da Fundação** – Tem início na rua do Souto e termina no entroncamento com a travessa do Souto. 130 **Travessa da Peça** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. 131 **Rua Jose de Oliveira Pinto** – Arruamento sem saída, com início na rua da Peça. 132 **Rua Jose Mendes Gonçalves** – Tem início na rua do Ave e termina no entroncamento com a rua da Polé. 133 **Rua de S. João** – Tem início na rua Alto de Suzende e termina no limite de Concelho com Famalicão. 134 **Travessa Alto de Suzende** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. 135 **Travessa Manuel Ribeiro Faria** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. 136 **Travessa 25 de Junho** – Arruamento sem saída, com início na travessa do Monte Alvar. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-



A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Ronfe.” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA - ALTERAÇÃO E ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SELHO S. JORGE

- Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, aprovou o prolongamento da rua Casal de Ledoso, até ao entroncamento com a travessa com o mesmo nome. A mesma Assembleia de freguesia, aprovou também o seguinte aditamento à toponímia existente: 93 - **Rua Fundo de Vila** - Arruamento sem saída, com início na rua da Friminho (Gondar). Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Selho (S. Jorge).” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

EDUCAÇÃO - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS SECUNDÁRIAS

- Presente a seguinte proposta: “Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, foram introduzidas alterações ao regime jurídico de autonomia, administração e gestão das escolas, através do reforço da participação das famílias, das autarquias e das comunidades, materializado num órgão colegial de direção, denominado de

Conselho Geral, responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4, do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo. O número de elementos que compõem o Conselho Geral é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno, sendo que na sua composição tem de estar salvaguarda a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local. Assim, e nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 14.º e n.º 1, do artigo 16.º daquele normativo legal, compete à Câmara Municipal designar os representantes do Município ou, delegar tal competência nas Juntas de Freguesia, para os Conselhos Gerais dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Nesta conformidade, e em face das solicitações entretanto remetidas, proponho que, para o quadriénio 2013/2017, sejam designados em representação do Município: Escola Secundária das Taipas: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. Agrupamento de Escolas Santos Simões: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Biblioteca e Arquivo. Agrupamento de Escolas Virgínia Moura: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Biblioteca e Arquivo; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. Proponho ainda que a votação dos representantes do Município para aqueles Conselhos Gerais seja feita em conjunto.” **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor e três em branco. **O Vereador José Augusto Araújo não participou**



na votação da proposta, por se considerar impedido. -----

AÇÃO SOCIAL – RATIFICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO CONVERTIDO EM PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA –

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Considerando que, à semelhança dos três colegas já apoiados, o estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços a este quarto elemento residente em Tabuadelo comprovou precariedade económica do seu agregado familiar; Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê continuar a dar-se resposta a estas situações, e podendo o Município de Guimarães atribuir este apoio pelo Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos que se encontra ao abrigo da alínea c) do nº 4 do artigo 64 da Lei 169/99 de 18 de setembro, propõe-se para ratificação a atribuição de um subsídio para utilização deste transporte, ao abrigo do Art.º 30º do referido Regulamento Municipal, até 31 de outubro de 2013, para complemento no valor semanal estimado de €6,00 (seis euros) ao subsídio convertido em prestações de serviço de transporte adaptado aprovado em reunião de 7 de março, de modo a permitir a este deficiente deslocar-se na mesma viatura, de sua casa para o Centro de Reabilitação da APPACDM situado em Lomar – Braga à 2ª feira e regressar a Guimarães à sexta-feira.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

CULTURA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – FEIRA DA TERRA 2013 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO –

Presente a seguinte proposta: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais vai realizar na Vila de S. Torcato a 19ª edição da “Feira da Terra”, um evento com elevado sucesso de participação e

promoção de produtos locais, relevante para a visibilidade da comunidade rural e sua interação com a população urbana, tendo solicitado apoio municipal ao abrigo do Regulamento nº 606/2010. Considerando que esse apoio é fundamental para a qualidade do certame, proponho que seja concedido o seguinte apoio logístico: - Apoio na concepção gráfica de materiais de divulgação; - Disponibilização de 2 estruturas de outdoor; - Construção de um cercado para a exposição de animais, incluindo materiais disponíveis em stock e recursos humanos para montagem e desmontagem em horário normal de trabalho; - Montagem e desmontagem de instalações elétricas, incluindo recursos humanos, materiais necessários disponíveis em stock, baixadas elétricas e apoio técnico de eletricitas no decorrer do evento em horário normal de trabalho; - Transporte de 7 pavilhões (cozinhas) para o recinto da Feira e recursos humanos para apoio na montagem e desmontagem dos mesmos em horário normal de trabalho; - Cedência e transporte de vasos, cadeiras e grades; - Colocação de baldes / contentores de lixo, incluindo de separação de resíduos; - Recolha de lixo e limpeza do recinto durante o evento, em horário normal de trabalho; - Limpeza do recinto, incluindo lavagem da zona do cercado no final do evento, em horário normal de trabalho; - Apoio na organização, montagem e desmontagem de cozinhas, em horário normal de trabalho.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PELAS DEZ HORAS E CINQUENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----